



Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e dezoito, pelas dezasseis horas, no Centro Cultural de Gáfete, reuniu a Assembleia Municipal do Crato, em sessão pública ordinária, sob a presidência da sua excelentíssima Presidente, Sandra Maria Sias Cardoso, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1. Informação da Atividade da Câmara Municipal;
- 2. Apreciação do Relatório Semestral do Auditor Externo nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais);
- 3. Nomeação de 1 (um) elemento efetivo para a representação da Assembleia Municipal do Crato na Comissão Alargada da CPCJ Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho do Crato (Artigo 17.º da Lei n.º 142/15, de 8 de setembro);
- 4. Eleição de um Autarca de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna do Município do Crato, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 157.º do Decreto-Lei nº. 202/2004, de 18 de agosto, com as alterações do Decreto-Lei n.º 2/2011, de 6 de janeiro;
- 5. Apreciação e votação das Alterações ao Regimento da Assembleia Municipal;
- Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, do Documento de Prestação de Contas Ano
 2017;
- Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, do Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município – Ano 2017;
- Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano –
 2018/2021;
- 9. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1.ª Revisão ao Orçamento/2018;

Presenças:

Membros da Assembleia Municipal:

Registou-se a presença de Sandra Maria Sias Cardoso, Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, João da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, José Filipe da Conceição



Jonalador (

Ata n.º 2/2018, 28 de abril

Carrilho, Francisco João Belo Farinha, António Manuel Iria Matias, Miguel Romão Caldeira Batista, Eduarda Maria Subtil Pires, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho e José Camilo do Rosário Videira.

O eleito José Manuel Nunes Salvador Tribolet fez-se substituir por António Rodrigues de Carita e Lopes Caladinho.

No que respeita aos Presidentes das Juntas de Freguesia, registaram-se as seguintes presenças:

Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio João Farinha Calado; Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces; Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Miguel Subtil Pires.

No que respeita aos membros do Executivo Municipal, registou-se a presença do senhor Presidente da Câmara, Joaquim Bernardo dos Santos Diogo e dos senhores Vereadores João Manuel Ferreira Farinha e Marco Fernando Duque de Mendonça.

O senhor vereador Ângelo Miguel Guerra Pires Fernandes fez-se substituir por Sérgio Godinho.

A senhora Vereadora Maria Gabriela Pereira Menino Tsukamoto não esteve presente.

Registou-se ainda a presença de público.

Verificado o quórum necessário a senhora Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Maria Sias Cardoso deu início aos trabalhos.

PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA"

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, informou do registo da correspondência **recebida** e **expedida** de 24 de fevereiro de 2018 a 28 de abril de 2018, sendo o mesmo entregue a todos os membros da Assembleia Municipal.





A Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Maria Sias Cardoso, colocou a proposta de ata nº 7/2017 da sessão ordinária de 29 de dezembro de 2017 à votação a qual foi aprovada por maioria, a saber:

- a) 18 (dezoito) votos a favor, a saber:
 - 9 (nove) votos do Grupo do PS: Sandra Maria Sias Cardoso, João da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, Francisco João Belo Farinha, Miguel Romão Caldeira Batista, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.
 - 5 (cinco) votos do Grupo do PSD: Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares, José Filipe da Conceição Carrilho, Eduarda Maria Subtil Pires, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio João Farinha Calado e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Miguel Subtil Pires.
 - 4 (quatro) votos do Grupo da CDU: Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, António Manuel Iria Matias e José Camilo do Rosário Videira.
- b) 1 (uma) abstenção, a saber:
 - 1 (um) voto do Grupo do PSD: António Rodrigues de Carita e Lopes Caladinho.

Deu entrada na mesa da Assembleia Municipal uma Moção "Empreendimento Hidráulico de Fins Múltiplos do Pisão – Crato – Barragem do Pisão", apresentada pelo Executivo Municipal, a qual foi admitida à discussão por unanimidade.

A Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Cardoso, colocou a Moção "Empreendimento Hidráulico de Fins Múltiplos do Pisão - Crato - Barragem do Pisão" à votação, a qual foi aprovada por unanimidade.



Inglador D.

Ata n.º 2/2018, 28 de abril

Tomou a palavra o eleito **Francisco Sampaio Soares, do PSD,** referindo que a escolha dos sábados para realização das sessões da Assembleia Municipal deveria ser posta à consideração de todos os eleitos, uma vez que é um dia de descanso.

Disse que teve conhecimento daquilo que iam ser as comemorações do 25 de Abril, no dia 22 de abril, tornando-se complicado a sua participa e preparação, uma vez que, o email que lhe foi enviado para esse efeito, fazia referência que, a Assembleia Municipal seria responsável em parte pela organização dessa iniciativa.

Tomou a palavra a senhora **Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Cardoso**, dizendo que, em relação à alteração das reuniões, aquilo que foi dito na última conferência de líderes, que se realizou na passada segunda-feira, onde estiveram presentes os representantes de todos os grupos municipais, pelo PS esteve João Gonçalves, pelo PSD esteve Francisco Sampaio Soares e pelo grupo municipal da CDU esteve Fernando Carmosino, é que se iria avaliar essa questão e essa proposta e, oportunamente dar-se-ia uma resposta relativamente ao mesmo.

Em relação às comemorações do 25 de Abril, disse que era uma questão de organização interna da Câmara Municipal, na qual não interferiu e, que, previamente já tinha transmitido esta informação da assembleia ser coorganizadora das comemorações, aos lideres dos grupos municipais e, inclusive, falou ao telefone com o Prof. Tribolet que a informou que estaria a ser tudo tratado e encaminhado para o grupo. Referiu que, aquilo que é a organização do grupo municipal do PSD, transcende a Presidente da Assembleia Municipal.

Tomou a palavra o eleito **Fenando Carmosino, da CDU**, dizendo que, ficou com a ideia de que, as sessões da Assembleia Municipal se realizarem ao sábado, seria com o intuito de descentralizar este órgão e, ter a possibilidade de visitar algumas instituições, considerando que o melhor seria que, as reuniões se realizassem à sexta-feira, possibilitando assim, que alguns eleitos que não residem no concelho, possam passar o fim de semana, apesar de, o Estatuto do Eleito Local dizer, de forma clara e inequívoca que, se a reunião decorrer de dia, mesmo para visita a entidades ou outras coisas, as entidades empregadoras são ressarcidas pela ausência do trabalhador.

Disse que, as Comemorações do 25 d Abril, são da responsabilidade do executivo e, neste caso, em colaboração com a Assembleia Municipal e, que, este ano, seguiram um critério diferente que, pode ser melhorado, mas que, foi algo extremamente bom na sua opinião, porque veio aligeirar a questão,



Jonaladar .

Ata n.º 2/2018, 28 de abril

acabando-se com as idas às freguesias, não sendo isso nenhum desprimor, permitindo que, no futuro, se agilize com as Juntas de Freguesias, outra forma, de modo a que as próprias Juntas façam elas mesmas as suas comemorações, com o apoio de todos.

Congratulou-se com o facto de a Sessão Solene do 25 de abril, ter sido transmitida on-line, considerando um passo de grande importância e positivo.

Interveio a senhora Presidente da Assembleia para fazer uma ressalva relativamente à realização das reuniões ao sábado, dizendo que existe a necessidade de descentralizar e, descentralizando, dar um sinal de proximidade às instituições com relevância nessas freguesias e, promover a participação dos cidadãos na assembleia municipal, pois sente que há um distanciamento entre as pessoas e órgão deliberativo.

Interveio o eleito António Rodrigues Lopes, do PSD, referindo que, a questão das Assembleia se realizarem ao sábado e os argumentos que, a senhora Presidente apresentou, são pertinentes mas, considera que, infelizmente e, por diversas razões, nem sempre se pode ter a participação do público e, portanto, o que considera importante é, que, as pessoas que fazem parte dos órgãos estejam com a disponibilidade que é própria de uma situação destas, não sendo isto uma simples reunião que se pode abreviar, que se pode aligeirar, pois uma reunião de uma assembleia é demasiado importante para cair nessas situações, considerando que, as pessoas que intervém numa Assembleia têm que ter tempo, quem não intervém também deve de ser estimulado a fazê-lo.

Relativamente à questão do 25 de Abril, infelizmente não pôde estar presente, mas considera que, é sempre um evento coletivo e, tudo o que é centralizar, ainda que seja no concelho, discorda. É da opinião que, no período da manhã se fizessem as comemorações no Crato e, no período da tarde se descentralizasse para as freguesias.

Interveio a senhora **Presidente da Assembleia**, referindo que o balanço das Comemorações do 25 de abril foi positivo, pois o retorno que teve daqueles a quem se destinavam as comemorações foi bastante positivo. Relativamente ao acesso das populações das freguesias à sede de concelho, lembrou que houve transportes disponibilizados pela Câmara para o mesmo efeito.

Quis ainda referir que, apesar do balanço ser positivo e, assumindo a responsabilidade de que haveria coisas que poderiam ter sido feitas de melhor forma, reconhecendo que, centralizou um pouco a articulação com a Câmara e a definição do programa e, que, poderia ter envolvido, de outra forma, os



Jonalador B.

Ata n.º 2/2018, 28 de abril

grupos municipais, assumindo que, há que equacionar outros modelos para o próximo ano, não deixando de referir o envolvimento das duas crianças da Escola e, dizendo que, para o ano, se pode adotar outro tipo de modelo que, efetivamente consiga fazer outro tipo de equilíbrio com as outras freguesias mas, que, também promova uma maior participação da escola.

Interveio a eleita **Eduarda Subtil, do PSD**, considerando que as comemorações do 25 de abril, podem ser melhoradas não desvalorizando o que foi feito, mas considerando agilizar com as juntas para que as comemorações não se centrem apenas no Crato.

Relativamente à questão do transporte, referiu que não teve conhecimento atempadamente, da cedência de transporte para assistir a essas comemorações, disponibilizando-se para que, nas próximas comemorações do 25 de Abril, trabalhem todos em conjunto.

Interveio o eleito **João Gonçalves**, **do PS**, dizendo que, é normal que se as sessões da Assembleia Municipal se realizarem durante a semana se tornará mais cómodo para todos, pois é um dia que não interfere com o fim-de-semana, mas também, aqui foi referido que, esta situação do fim-de-semana decorre de uma situação especial e pontual, que é coincidir estas reuniões com as presidências abertas e dar sequência a esta descentralização, a qual considera ser muito vantajosa.

Quanto ao facto das assembleias se realizarem aos sábados e interferirem com a vida privada de cada um, disse que também será um bom sinal a dar aos eleitores, que os eleitos estão dispostos a prescindir do seu descanso em prol da defesa dos interesses da população e a trabalhar por eles, referindo isto, numa perspetiva pontual.

Relativamente ao 25 de Abril, disse que, na verdade este ano, tentou-se implementar um novo modelo, trazendo dessa forma novas situações, tudo na procura de melhorar, naturalmente que quem trabalha em prol de qualquer coisa pode ser julgado, quem está do outro lado analisa.

Referiu que, no próximo ano procurar-se-á alargar a realização destas coisas a outras pessoas, tendo como um dos objetivos trazer as forças civis e a população, de encontro às comemorações.

Pasmou-se com o facto de alguns eleitos do PSD não terem estado presentes nas Comemorações do 25 de abril.

Interveio o eleito Francisco Sampaio Soares, do PSD, dizendo que, relativamente à realização das sessões da Assembleia se realizarem ao sábado, considera que deveria ter sido posto à consideração da





assembleia e não, ter sido decidido unilateralmente pela mesa, ao que a senhora Presidente referiu, uma vez mais, que essa mesma proposta será analisada na próxima reunião de líderes.

Disse que, em relação ao 25 de Abril, a liberdade para estar é igual à liberdade para não estar e, como tal, não iria pedir desculpa por não ter estado presente, considerando que, se estas comemorações são promovidas pela assembleia municipal e pela camara municipal do crato, então os seus membros não têm que ser convidados, fazem parte por inerência dessas funções e, por fazerem parte desta organização, como tal, deveriam estar por dentro do que iria acontecer e não foi o que aconteceu, pois não teve conhecimento do que ia acontecer.

Disse que, tanto quanto sabe, existem alguns problemas relativamente ao paredão da Barragem da Póvoa, que não lhe permite receber toda a água para que está prevista a sua construção e, considera que, dentro deste pensamento, seria de igual importância perceber o que se passa com a barragem da Póvoa, no sentido de saber, o que poderão, a Câmara Municipal do Crato e a Assembleia Municipal do Crato, fazer no sentido de retificar ou corrigir os defeitos que existem no paredão, referindo não ter bem a certeza da dimensão deste assunto mas, que, irá inteirar-se do mesmo para posteriormente trazer a esta Assembleia.

Interveio o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, dizendo que, no decorrer deste mandato, existe uma coisa que deve ficar clara para todos os membros da Assembleia, o que é que são os responsáveis dos grupos. Disse que, a forma de funcionamento de cada um dos grupos, é da sua inteira responsabilidade e, a questão de reuniões de grupo é simplesmente para articular agenda, é um ato de cordialidade, que até poderia não ser assim.

Disse que, se algum grupo tem alguma matéria que queira ver incluída, a reunião de grupo, não é para discutir as matérias que devem ser discutidas em sede de assembleia, nem vinculam e, no decorrer deste mandato, até já existem uma prova disso.

Referiu também que, na sua opinião, nem sempre quando se envolvem muitas pessoas em determinada situação, isso queira dizer que podem correr bem, podem ser mais ricas, mas poderão eventualmente até complicar mais.

Aquilo que pensa ser viável é, que, exista uma pessoa que pense as coisas e, que, colocadas atempadamente, possam levar a que cada membro da assembleia per si, possa dar o seu contributo na base





de uma proposta concreta antecipadamente, querendo dizer com isso que, não cabe à mesa, nem a mesa tem que andar a fazer referendos junto da Assembleia Municipal.

Relativamente à Barragem da Póvoa disse que, é de grande importância perceber a quem pertence efetivamente, pois, todos sabem que esta barragem até esteve concessionada à EDP, a qual tinha uma manutenção e conservação, como uma exploração, onde uma parte era um campo de férias de trabalhadores da EDP e, é necessário saber quem é o gestor neste momento, do equipamento para, de facto, se tomar uma posição, reivindicando a reparação e reforço do paredão da referida barragem, de forma a aumentar a sua capacidade de armazenamento.

Interveio a eleita **Eduarda Subtil, do PSD**, dizendo que, a sua ausência nas Comemorações do 25 de abril, foi devidamente justificada perante a senhora Presidente, pois os grupos valem o que valem e, as pessoas estão aqui pelo melhor que querem fazer pela sua terra, devendo estar todos no mesmo sentido, porque todos são poucos.

Quis deixar como última nota que, os eleitos estão aqui para trabalhar em conjunto e, que, a verdadeira liberdade está no pensamento.

Interveio o eleito **João Gonçalves, do PS**, referindo que em relação às últimas intervenções regista com agrado, que queiram também dar o seu contributo em futuros atos festivos do 25 de Abril, como em outros, porque realmente deve ser esse o espírito, dizendo também que, em relação a quem não esteve presente, que fique claro que, não se sente chocado com quem não pode estar presente, por ter tido outros compromissos, eu que se sentiu chocado apenas com quem não esteve presente, e sendo essa ausência a sua forma de manifestação, a sua indignação é somente, e só nesse sentido.

Interveio o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Pires**, dizendo que relativamente às comemorações do 25 de Abril, considera que, no futuro, se pode melhorar a comunicação entre todos, de modo a ajudar a melhorar estes constrangimentos, pois também nas freguesias estão programadas algumas comemorações.

Relativamente à barragem da Póvoa, considera ser um assunto bastante pertinente, pois é uma infraestrutura que já se encontra construída e em funcionamento, mas não em pleno, exatamente porque, tem um problema estrutural no seu paredão, o que leva a que só se possa armazenar água até determinada





cota, ou seja, o remanescente que são os tais 40%, pura e simplesmente não é armazenada e segue a ritmo o percurso dela para a ribeira de Nisa e irá parar precisamente ao Tejo.

Considera que, os membros da Assembleia deveriam fazer também algum documento, relativamente à Barragem da Póvoa, pois julga que a entidade reguladora são as Águas de Portugal, mas os efetivos donos da barragem, acha que é o Ministério do Ambiente e, nesse sentido, sendo que serve também como uma barragem de abastecimento público, e passando um período de escassez como o que aconteceu até sensivelmente Março deste ano, de facto ali numa situação futura de nova escassez, aquela barragem só vai conseguir armazenar até determinada cota, sendo que a Barragem da Póvoa, a nível do distrito, será a barragem que detém o maior número de povoações a abastecer.

Interveio o eleito **António Rodrigues Lopes, do PSD**, dando só uma nota no que diz respeito às barragens, dizendo que, pessoalmente, considera que a água é um recurso natural e, como tal, entende e já escreveu há muitos anos que, concretamente o Alentejo só através de um plano hidrológico que retivesse as águas, sendo a Barragem do Pisão um exemplo disso, é que se conseguia prevenir o futuro e acautelar o desenvolvimento da região, concretamente do Alentejo.

Referiu também que, como cidadão, sente-se muito indignado porque as instâncias que têm que decidir e que são as gestoras deste património a nível dos diversos governos e das diversas políticas, têm confundido aquilo que está aqui em causa, entre a propriedade e a exploração, e existe aqui uma questão que se prende por a água ser um bem comum, como tal, não deve ser explorado, mas sim preservado, acautelado e distribuído.

Esta é a razão pela qual se opõe, em termos de filosofia política, às direções ideológicas de qualquer partido que, vão pela linha da exploração privada, não acautelando o futuro, pondo o bem-estar dos cidadãos em causa, não acautelando o futuro do país, fazendo desta forma uma derrocada sistemática da economia e destas regiões, como tal, opõe-se em absoluto.

Referiu também que, gostaria muito que no Crato houvesse uma sensibilidade acrescida para o Pisão e para a vertente da Barragem de Póvoa, que tem o problema do paredão.

Referiu ainda que, na sua modesta opinião, quem é proprietário gere, conserva, preserva, e não ser dado um bem público à exploração de privados ou outras entidades paralelas ou similares e, que, desse modo,





destroem o património coletivo, estando absolutamente coincidente, com aquilo que é a filosofia política de uma linha que habitualmente se vê dentro do partido comunista.

Referiu ainda que existem recursos, dando como exemplo, o Monte da Pedra, recursos hídricos que deveriam ser valorizados e não destroçados, como a Barragem do Chamiço, referindo que, Monte da Pedra é a única terra atravessada por uma ribeira, aquele lençol de água que deveria estar devidamente preservado, portanto, por vezes recusa as medidas que vêm termos políticos de controle da água, de gestão da água, quando afinal o que está em causa não é a gestão da mesma, é guardar a água para a exploração indevida e, por isso, repudia aqui todas as medidas que têm sido tomadas nesse sentido e, entende que o Município do Crato, deveria valorizar o património que tem, os recursos que tem e, que, se encontram desprezados, apelando desta forma ao senhor Presidente, que tome algumas medidas neste sentido.

PERÍODO DA "ORDEM DO DIA":

1. Informação da Atividade da Câmara Municipal

Interveio o senhor Presidente da Camara Municipal, dando nota também da sua satisfação, por ter tanto público a assistir a esta Assembleia, considerando ser um sinal que, realizar estas reuniões descentralizadas traz coisas positivas à democracia e à participação da população.

Relativamente à atividade da Câmara Municipal, deu nota de que, entregou o documento em tempo, disponibilizando-se para responder a algumas questões que os eleitos considerarem pertinentes colocar.

Relativamente às comemorações do 25 de Abril, parabenizou quem se envolveu nas comemorações do mesmo e, aqueles que proporcionaram momentos distintos que aconteceram nesse dia e no dia anterior, pois considera que foram umas comemorações dignas, com elevada participação da parte da população e, com uma metodologia nova e bastante positiva para o primeiro ano, recolhendo todos os contributos que lhe têm chegado, quer por este órgão quer por outras pessoas que, já lhe fizeram chegar algumas notas sobre melhorias, que possam ser implementadas de futuro, mas acredita, muito sinceramente que, quer no dia 24 quer no dia 25, foram de facto momentos marcantes e, deste modo, deu os parabéns, a todos aqueles que de facto contribuíram para que tal fosse possível.



Jonaladar D.

Ata n.º 2/2018, 28 de abril

Quis dar nota positiva, daquilo que foi a Presidência Aberta, apesar de ainda não estar concluída, que permitiu, em conjunto com os executivos das Juntas de Freguesia, com as associações, ter um contacto mais próximo com a realidade de cada um e, certamente será uma experiência a repetir, com algumas melhorias a fazer, na organização das mesmas.

Relativamente à Barragem do Pisão, disse ver com bons olhos o interesse súbito de todos os outros autarcas e, vai tentar que eles se mantenham neste registo, enquanto Presidente de Câmara estimulando-os, acarinhando-os, para que de facto, tomem posições, sejam elas de índice político, sejam de título pessoal sobre o Projeto dos Fins Múltiplos da Barragem do Pisão.

Disse que tem sido feito um trabalho interessante ao nível do que é uma agenda conjunta, entre várias entidades, pela primeira vez vemos as associações de agricultores com um interesse adicional sobre esta questão da Barragem do Pisão, vendo também o turismo, de alguma forma, a manifestar-se pela construção deste empreendimento e, vendo de facto, um distrito de Portalegre, todo em conjunto, para que esta obra seja de facto uma prioridade.

Referiu que, para além de ver o distrito de Portalegre, vê surpreendentemente, também a região do Alentejo, a falar e a colocar em primeira linha este projeto, como uma das principais obras de que o Alentejo necessita, referindo também a importância que esta obra tem, devido ao que nos assola hoje e, que, é uma realidade como as alterações climáticas que se têm constatado, sendo a Barragem do Pisão, o único empreendimento que poderá responder com a garantia de qualidade e quantidade de água, para o distrito de Portalegre.

Referiu ainda, poder haver muitas outras interpretações de outras formas de abastecimento de água às populações do distrito de Portalegre, mas, a única que responde com todos os requisitos é a Barragem do Pisão.

Relativamente à Barragem da Póvoa, disse que, terminou a concessão da EDP, sendo a Agência Portuguesa do Ambiente que detém a responsabilidade da gestão deste processo e acha que, o caderno de encargos encontra-se elaborado, mas que ninguém espere milagre, pois esta agência irá lançar um novo concurso sem obrigatoriedade de obras na referida barragem.

Considera que, se deve utilizar este argumento da Barragem da Póvoa, para fortalecer a necessidade da construção de um outro empreendimento, devendo ter algum cuidado na forma como se trata este tipo de





informação e como se fundamenta, não estando com isto a dizer que não se deve manifestar de forma favorável sobre da resolução dos problemas estruturais que o paredão da Barragem da Póvoa apresenta, deve-se sim, é fazê-lo com o devido equilíbrio.

Disse que, aquilo que foi intenção do Município e que foi votado por unanimidade numa reunião no Pisão, com os quais concordou com alguns contributos que foram colocados, nomeadamente sobre a realização de um documento onde estivesse a Assembleia Municipal e Câmara Municipal, concordando que esse documento seja único.

Informou que, está delineado um plano, a todos os órgãos de comunicação social, sobre toda esta tomada de posição, relativamente a este assunto, até porque se vive, em termos de comunicação, uma fase descendente daquilo que foi a importância dada há dois meses sobre a Barragem do Pisão e, provavelmente, terá sido provocada pela falta de chuva e, como tal, deve-se voltar a colocar este tema na agenda, não só dos órgãos de comunicação social, mas também, de diversos órgãos políticos, de uma forma bem organizada que, provavelmente nunca tinha existido.

Agradeceu aos senhores vereadores, que o acompanharam nas comemorações do 25 de Abril, pela sua presença e até um dos vereadores que justificou a sua ausência por motivos pessoais, como também aos senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, pois é para si, bastante importante, sentir a presença dos eleitos, sentido que, assim vale a pena trabalhar em conjunto, sempre com o foco no bem-estar das populações.

Interveio o eleito **João Gonçalves, do PS**, perguntando qual é o balanço que o senhor Presidente faz destes primeiros seis meses da Presidência, em termos de, por exemplo, desta Presidência Aberta, se tem estado a atingir todos os objetivos a que se propôs.

Disse que tem constatado de uma alteração de intervenção a nível das diversas localidades em termos de pequenas obras, as chamadas obras de proximidade, que não sendo obras de grande dimensão, vão ao encontro daquilo que as pessoas mais ambicionam e, que, as condicionam e satisfaz no seu dia-a-dia, perguntando o que é que o senhor Presidente, tem a dizer relativamente à organização interna da Câmara Municipal, se estes primeiros seis meses marcam uma diferença, em relação ao que até aqui existiu, ou se também aqui se começa a verificar efetivamente, um novo tempo.





Interveio o eleito **António Rodrigues Lopes do PSD**, perguntando ao senhor Presidente se, a sua atividade da Câmara, passa pela famigerada descentralização de competências, dando responsabilidades às Juntas.

Considera que, o 25 de Abril existe para alguma coisa e, gostaria que o concelho fosse primoroso em termos de organização do espaço, como a limpeza das valetas, existindo coisas que cada Junta de Freguesia deveria fazer, cantos que lhes pertencem e devem ser cuidados e, porque não, serem criados jardins de modo a tornar os espaços mais agradáveis.

Interveio a senhora Presidente da Assembleia, dando nota que, relativamente à atividade das Freguesias propriamente dita, é da responsabilidade da Assembleia de Freguesia e essa questão deverá ser colocada nesse órgão.

Interveio o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, dizendo que, nestas questões da atividade da Câmara Municipal, não tem mais comentários a fazer para além do que já foi dito antes, referindo que, considera importante os eleitos receberem a atas das reuniões de Câmara, pois as mesmas têm outro desenvolvimento, que permite ter uma ideia mais abrangente daquilo que lá se passa.

Referiu ainda que, no presente mandato, o grupo da CDU não tem nenhuma reclamação a fazer ao presente executivo, sobre o fornecimento de informação, pois toda a informação que tem sido solicitada, tem sido facultada.

Congratulou-se com o facto da Câmara Municipal, ter começado a resolver algumas questões, sendo uma delas por exemplo, sobre o contrato de concessão de exploração das Piscinas Municipais do Crato, informando que, no mandato anterior, o grupo da CDU fez vinte e três requerimentos a pedir esclarecimentos sobre a situação, aos quais não recebeu nenhuma resposta.

Disse que, durante todos estes anos, tal como não foi paga a renda desse equipamento, também não foi paga água, luz e gás, pois estes serviços não eram autónomos e, tanto quanto sabe, o projetista deu autorização em anteriores mandatos, para serem criadas as infraestruturas, para quem estava a explorar acionar a ligação a essas três questões fundamentais.

Como tal, ao valor de cento e tal mil euros das rendas em dívida, deverá ser acrescentado, durante todos estes anos, os custos da água, da luz e do gás e, com isto, a Câmara Municipal não só não recebeu, como ainda foi pagante, pois alguém teve que suportar todos esses gastos, considerando isto um escândalo e





congratulando-se pelas iniciativas já tomadas por esta Câmara, no que diz respeito a esta matéria, sabendo que existiram algumas dívidas que já não poderão ser cobradas.

Aproveitou também para referir que, em tempo oportuno apesentarão um requerimento, de modo a que lhes seja fornecido a relação dos devedores à Câmara Municipal, independentemente do produto, pois tem conhecimento de são várias as áreas em que isto acontece, água, luz, habitação etc..., sabendo perfeitamente que as Câmaras têm uma benevolência muito grande, nas chamadas políticas sociais, sabendo que, inclusivamente, as Câmaras muitas vezes fazem mais do que aquilo que são as suas atribuições e competências e mal, pois isso educa mal.

Referiu que, muitas vezes as Câmaras fazem aquilo que é da responsabilidade da Administração Central e em vez de reivindicar, chegam-se à frente, por estarem próximas das populações e isto vai entroncar no chamado pacote da descentralização das CIM - Comunidades Intermunicipais para as Câmaras para as Câmaras, assumindo estas o ónus da questão, em que a descentralização feita deva corresponder às respetivas verbas, acreditando que, quem está mais próximo estará mais sensível para resolver esses mesmos problemas e, evidentemente que é aí que, existem certas e determinadas questões que podem ser contratualizadas, descentralizadas por protocolo, entre acordo das Juntas e a Câmara. Mas tudo isso pressupõe reuniões de trabalho, perceber a capacidade instalada, perceber as necessidades dos munícipes.

Como tal, reforçou que é pela descentralização, pela regionalização, pela descentralização para as Juntas de Freguesia, porque considera que, inclusivamente, chegou-se a uma altura em que a Câmara Municipal mais valia ter um piquete permanente, simplesmente para montagem de palcos, cadeiras, mesas e aparelhagens, considerando que isso deve estar do lado das Juntas.

Interveio o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Garcia**, dizendo que, a descentralização é um fator comum a todos, com que todos concordam em descentralizar o poder decisivo do Município também para as Freguesias.

Congratulou-se com a iniciativa da Presidência Aberta levada a cabo por este Executivo, porque sendo que se está a falar de descentralização há que conhecer concretamente as dificuldades que as populações fora da sede de concelho vivem, conhecer realmente as dificuldades que lhes são mais inerentes, as suas maiores necessidades, saber onde a Câmara Municipal há-de atuar com mais urgência, de maneira a satisfazer com mais rapidez as necessidades das populações.



Jonalador Q.

Ata n.º 2/2018, 28 de abril

Relativamente à Presidência Aberta realizada na Freguesia de Gáfete, disse que, com certeza que o senhor Presidente da Câmara, em reunião com o executivo da Junta de Freguesia, ficou a conhecer alguns dos problemas existentes nesta Freguesia para resolução prioritária, como por exemplo, a necessidade de reparação de dois ou três pontões, bem como outas já referidas atempadamente.

Aproveitou também para saudar a forma como as reuniões de Câmara tem sido guiadas pelo senhor Presidente e vereadores, pois pensa que se tem revelado reuniões com substância, convicto que esta Câmara mantenha neste caminho, estando muito atenta às necessidades das suas populações.

Interveio o senhor Presidente da Câmara, começando por fazer um balanço sobre estes seis meses, dizendo que pensa terem sido seis meses muito positivos.

Disse que, foi de facto identificado aqui um grande trabalho para executar ao nível daquilo que é a reorganização do município, informando já ter conseguido corrigir algumas situações que foram identificadas como de maior debilidade.

Disse que, neste momento, a Divisão Técnica de Obras tem recursos humanos que lhe permitem trabalhar com uma outra celeridade, que antes não existia, portanto a contratação desses técnicos, se bem que ainda em regime de prestação de serviços, permite que a Câmara Municipal responda de forma mais célere à sua população, naquilo que são os mais diversos projetos, permite que a Câmara Municipal em obras por administração direta tenha uma autonomia completamente distinta e com outra substância, que não tinha até ao momento.

Referiu que, neste momento, está-se a percorrer um caminho que permitirá dar frutos no futuro, de um trabalho mais célere, de um trabalho mais consistente e de um trabalho diferente.

Agradeceu também algumas notas que foram feitas relativamente, quer ao envio da documentação, quer à forma como se apresenta este executivo. Toda a documentação e todos os projetos que o Município vai levando por diante, é colocada transparência e frontalidade. Enfrentar os problemas de uma forma veemente, e não continuar a adiar muitas das coisas que se iam adiando e, é preciso ter de facto coragem para fazer isso, dizendo que aquilo que espera deste órgão é que, acompanhe este executivo, nestas coisas mais difíceis.

Disse que, é de facto por vezes ingrato, encontrar certas e determinadas situações com muitos anos, que têm que ser resolvidas, retirando espaço para aquilo que deve ser feito com prioridade no Concelho.





Disse que, a Câmara Municipal não pode ter tempo para resolver problemas prioritários enquanto não houver uma organização, enquanto as pessoas não perceberem que há um tempo diferente na maneira como a Câmara Municipal está organizada. Não é possível que ao nível da parte operacional, se continue a ser uma empresa de eventos, em que qualquer um que se lembre de fazer um evento, a Câmara tenha que ir fazer a montagem do mesmo, mas também não é possível neste momento cortar de uma forma radical, pois não estão criadas as condições, referindo que, também tem que haver algum poder de encaixe, quer das Juntas de Freguesias quer das associações, no sentido de acompanhar este raciocínio deste executivo, em que tem que se ir moderando estes eventos, de forma a que se possa ter tempo para outros serviços que necessitam urgentemente de serem feitos.

Referiu que, nesta Presidência Aberta muitos tiveram a oportunidade de visitar alguns equipamentos, dos quais não tinham muita sensibilidade do estado em que se encontravam, como por exemplo a Olaria de Flor da Rosa, pois não se pode querer reativar a olaria sem fazer obras no edifício, sem ter um plano para abrir o edifício em termos de formação, sem ter um plano comercial para que são os Barros de Flor da Rosa, porque se fosse abrir a porta era só dar a chave e qualquer um abria.

Disse que, não se pode enfrentar o problema da Proteção Civil e do combate aos incêndios, sem planificar, sem de facto ter os planos operacionais municipais todos aprovados, sem sensibilizar a corporação de bombeiros de que tem que ter uma outra dinâmica, sem que se vá junto dos órgãos distritais manifestar a preocupação da falta de dinâmica dentro dos bombeiros voluntários, sem reforçar os equipamentos dos sapadores florestais, de modo a que possam fazer um trabalho mais incisivo, sem identificar aquilo que não temos capacidade de fazer, de modo a contratar uma empresa para que o serviço seja feito de forma mais célere, para que deste modo se dê o exemplo, no que diz respeito à questão da limpeza de terrenos que pertencem ao município, para que quem é particular, não venha apontar o dedo.

Referiu também que, não se pode querer ter uma política de habitação, sem de facto perceber que mecanismos é que se tem à disposição, de modo a ter essa política de habitação de âmbito social, olhando para Habitação Social do Concelho e, dizer que a mesma necessita de obras de uma ponta à outra. Mas também não se pode ter habitação social com rendas tão baixas e, que, as pessoas não cumprem o que têm no contrato.

Disse que, tem que haver a capacidade de vir para as reuniões de Câmara assumir que é um problema que tem que se enfrentar, responsabilizando as pessoas para pagarem a renda, e votar ao lado do Presidente da





Câmara, de modo a dar substancia e força, a estas decisões, é isto que é importante fazer em temos de organização.

Referiu que, este tipo de problemas, no balanço de seis meses, são muito daquilo que tem consumido o tempo a este executivo, devendo-se começar a criar estas linhas de orientação, para que de facto se possa fazer um bom trabalho nos próximos quatro anos.

Referiu que vão ser lançados vários projetos, vários concursos no Portugal 2020, oportunidades que têm que ser aproveitadas a vários níveis e, o Município do Crato, já está a trabalhar nesse sentido.

Fez um resumo de alguns trabalhos já realizados pela Câmara Municipal, nestes primeiros meses de mandato, referindo que, todo este trabalho que tem sido feito, leva a dizer que, de facto, têm sido seis meses muito intensos, muito diferente daquilo que tinha planificado fazer, mas também são seis meses em que se sente realizado como Presidente de Câmara, referindo que, já sentiu muitas das vezes a forma como alguns julgam, por vezes de forma injusta, mas há que saber viver com esses julgamentos.

Disse também que, em relação a algumas dívidas e concessionários, assumiu um compromisso há cerca de seis meses, onde jurou defender os interesses deste município e, é isso que está a fazer com o máximo de entrega, com a certeza absoluta de que irá errar muitas vezes, mas, com disponibilidade total para quando errar e, identificar que errou, melhorar na decisão seguinte.

Disse que, são situações complicadas que se transformaram em situação de incumprimento de uma situação social, muito complicadas ao nível jurídico, ao nível financeiro e, como tal, este é um caminho que tem de ser percorrido em conjunto com todos, pedindo que os eleito não se desviem daquilo que é de facto o essencial destas decisões e, que, acompanhem o Presidente da Câmara e o executivo, nestas decisões com bastante verticalidade, que tenham a capacidade de analisar e perguntar, sempre que tiverem dúvidas sobre o que se está a fazer, o porquê desta tomada de decisão, pois estará cá para responder a todas essas questões.

Relativamente à descentralização com as Juntas, disse que, irá trabalhar afincadamente com os Presidentes de Junta, com os senhores vereadores, de modo a que se chegue a um resultado final, em que as freguesias do Concelho possam receber algumas das competências que são do Município e, que, muitas delas, já executam, e pelas quais não recebem qualquer contrapartida.



Implanter D

Ata n.º 2/2018, 28 de abril

Considera que, também deve haver o equilíbrio daquilo que vai ser a entrega das competências, versus o devido pacote financeiro, que elas vão receber ou outro tipo de recursos. Disse ser este o caminho, sendo um caminho difícil, um caminho que irá carecer de abertura por parte dos Presidentes de Junta e da parte do Executivo do Município, convicto que chegarão a um bom entendimento.

Disse ainda que, relativamente aos vinte e dois pacotes de descentralização que vêm do Governo para as Câmaras Municipais, existe de facto alguma preocupação relativamente a algumas matérias mais delicadas, vendo com bons olhos esta aproximação da decisão das populações e, estando com muita preocupação, se esta decisão não trouxer a capacidade financeira para a executar, e mais do que a capacidade é trazer de facto, a envolvência global para a poder aplicar.

Interveio a eleita **Eduarda Subtil, do PSD**, congratulou-se pela Presidência Aberta e dizendo que dessa forma a população conseguem ter uma melhor noção daquilo que é o funcionamento da Câmara Municipal e, por sua vez a Câmara aproxima-se mais das populações e dos problemas do seu dia-a-dia, referindo que é importante que se leve até às populações os equipamentos e trabalhadores, para que de algum modo, se comece a fazer face às necessidades físicas das freguesias, deixando deste modo a ideia em que, aquando das descentralizações da Câmara, se descentraliza-se também os meios.

Relativamente às Juntas de Freguesia, disse que, foi enviado para o Presidente da Câmara um plano de atividades por todas elas, como tal, pôs a questão se, a Câmara Municipal, eventualmente fará um grande plano com metas a cumprir, objetivos e prioridades, com base nos planos individuais de cada junta.

Interveio o **Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Pires**, dizendo que, entende que neste tempo, não seja possível fazer tudo nem chegar a todo o lado, o mesmo se tem passado com ele próprio na Junta de Freguesia de Monte da Pedra, referindo que, no final de Janeiro deste ano, enviou um ofício à Câmara, a solicitar a manutenção de jardins e nada aconteceu, relacionado com a manutenção de grelhas de águas pluviais, relacionado com a reparação de um emissário de águas pluviais, que se encontra a ficar desguarnecido com inertes, e numa circunstância de maior pluviosidade as terras têm vindo a ser arrastadas, e essa situação ainda continua por retificar.

E, como tal, são este tipo de coisas que, na qualidade de Presidente de Junta, pede que sejam vistas, no fundo o que é necessário é que se descentralize os trabalhos e matérias da Câmara, pois há coisas que a Junta de Freguesia não tem capacidade de fazer.



Ym later

Ata n.º 2/2018, 28 de abril

Interveio o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, dizendo que há uma coisa que é fundamental, é que há uma lei que define quais são as atribuições das Câmaras e quais são as das Juntas e, nenhuma delas se deve sobrepor à outra.

Disse que, mesmo que haja boa vontade para se avançar com a descentralização, é necessário analisar quais são os meios que existem e o que necessitam de meios financeiros, de modo a adquirirem esses mesmos meios.

Disse que, a descentralização não passa só por dinheiro, a descentralização pode passar também pela atribuição de recursos humanos, por capitação a cada uma das Juntas, sendo de acordo com a mesma, mas também concorda que, a autarquia gira entre recursos humanos, recursos financeiros e protocolos devidamente firmados em matérias, que essas matérias tenham em linha de conta a especificidade e necessidades de cada uma das Freguesias, pois isto não é só descentralizar de uma forma igualitária para todas as Juntas, pois cada Freguesia é um caso.

Interveio o senhor Presidente da Câmara, para dar uma nota rápida de que é mais fácil dizer que se deveria levar os meios às referidas Freguesias, do que criar condições para isso.

É da opinião que se devem criar condições para que as pessoas possam desempenhar as suas tarefas e as suas funções com qualidade, em termos de condições de trabalho.

Relativamente às opções que as Juntas de Freguesia enviaram, disse que fez o documento das Grandes Opções do Plano em dezembro, e irá fazê-lo novamente em outubro e, que, é isso que compete ao Presidente da Câmara, fazer o que é competência da Câmara e, como as deve executar e não, aquelas que são competências das Juntas de Freguesia, sendo necessário saber dividir isso, o que são competências da Junta de Freguesia e as competências da Câmara Municipal.

2. Apreciação do Relatório Semestral do Auditor Externo nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais)

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e apreciou o Relatório Semestral do Auditor Externo não se tendo verificado quaisquer pedidos de explicação.





3. Nomeação de 1 (um) elemento efetivo para a representação da Assembleia Municipal do Crato na Comissão Alargada da CPCJ – Cmiossão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho do Crato (Artigo 17.º da Lei n.º 142/15, de 8 de setembro)

Foi apresentada uma proposta, com o nome de Rita João Brazete Carvalho Cruz, para a representação da Assembleia Municipal do Crato na Comissão Alargada da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho do Crato.

Passou-se de seguida, à votação por escrutínio secreto, dando entrada na urna 19 (dezanove) votos, tendo a proposta merecido a **aprovação** por **unanimidade**, com **19** (dezanove) **votos favoráveis**.

Deliberação: Foi nomeada, para a representação da Assembleia Municipal do Crato na Comissão Alargada da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho do Crato, Rita João Brazete Carvalho Cruz.

4. Eleição de um Autarca de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna do Município do Crato, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 157.º do Decreto-Lei n.º 2/2014, de 18 de agosto, com as alterações do Decreto-Lei n.º 2/2011, de 6 de janeiro

Foi apresentada uma proposta, com o nome do Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Pires, para integrar o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna do Município do Crato.

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Pires, pediu escusa de voto.

Passou-se de seguida, à votação por escrutínio secreto, dando entrada na urna 18 (dezoito) votos, tendo a proposta merecido a aprovação por unanimidade, com 18 (dezoito) votos favoráveis.

Deliberação: Foi eleito, para integrar o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna do Município do Crato, o Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Pires.

5. Apreciação e votação das Alterações ao Regimento da Assembleia Municipal

Foi proposto pela senhora Presidente da Assembleia Municipal, a retirada deste ponto da ordem de trabalhos, a qual foi **aprovada** por **unanimidade**.





6. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, do Documento de Prestação de Contas - Ano 2017

A Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Cardoso, colocou o Documento de Prestação de Contas à discussão. Não se verificaram pedidos de intervenção, pelo que se passou à votação do mesmo, o qual foi **aprovado** por **maioria**, a saber:

- a) 9 (nove) votos a favor, a saber:
 - 9 (nove) votos do Grupo do PS: Sandra Maria Sias Cardoso, João da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, Francisco João Belo Farinha, Miguel Romão Caldeira Batista, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.
- b) 6 (seis) abstenções, a saber:
 - 6 (seis) votos do Grupo do PSD: António Rodrigues de Carita e Lopes Caladinho, Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares, José Filipe da Conceição Carrilho, Eduarda Maria Subtil Pires, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio João Farinha Calado e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Miguel Subtil Pires.
- c) 4 (quatro) votos contra, a saber:
 - 4 (quatro) votos do Grupo da CDU: Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, António Manuel Iria Matias e José Camilo do Rosário Videira. (com apresentação de Declaração de Voto)

O eleito **Fernando Carmosino, da CDU,** informou os presentes que apresentou declaração de voto e que votaram contra, no entanto, não era pela atuação deste Executivo. Referem-se a outra gestão que não respondeu a muitas coisas. Por fim, referiu que tecnicamente o documento está correto.





7. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, do Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município – Ano 2017

Não tendo havido pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Maria Sias Cardoso, colocou o Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município – Ano 2017 à votação, o qual foi aprovado por maioria, a saber:

- a) 13 (treze) votos a favor, a saber:
 - 9 (nove) votos do Grupo do PS: Sandra Maria Sias Cardoso, João da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, Francisco João Belo Farinha, Miguel Romão Caldeira Batista, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.
 - 4 (quatro) votos do Grupo da CDU: Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, António Manuel Iria Matias e José Camilo do Rosário Videira.
- b) 6 (seis) abstenções, a saber:
 - 6 (seis) votos do Grupo do PSD: António Rodrigues de Carita e Lopes Caladinho, Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares, José Filipe da Conceição Carrilho, Eduarda Maria Subtil Pires, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio João Farinha Calado e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Miguel Subtil Pires.
- 8. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2018/2021

Não tendo havido pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Maria Sias Cardoso, colocou a 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano – 2018/2021 à votação, a qual foi aprovada por maioria, a saber:





- a) 13 (treze) votos a favor, a saber:
 - 9 (nove) votos do Grupo do PS: Sandra Maria Sias Cardoso, João da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, Francisco João Belo Farinha, Miguel Romão Caldeira Batista, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.
 - 4 (quatro) votos do Grupo da CDU: Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, António Manuel Iria Matias e José Camilo do Rosário Videira.
- b) 6 (seis) abstenções, a saber:
 - 6 (seis) votos do Grupo do PSD: António Rodrigues de Carita e Lopes Caladinho, Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares, José Filipe da Conceição Carrilho, Eduarda Maria Subtil Pires, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio João Farinha Calado e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Miguel Subtil Pires.
- 9. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1.ª Revisão ao Orçamento/2018

Não tendo havido pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Maria Sias Cardoso, colocou a 1.ª Revisão ao Orçamento/2018 à votação, a qual foi aprovada por maioria, a saber:

- a) 13 (treze) votos a favor, a saber:
 - 9 (nove) votos do Grupo do PS: Sandra Maria Sias Cardoso, João da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, Francisco João Belo Farinha, Miguel Romão Caldeira Batista, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.

 4 (quatro) votos do Grupo da CDU: Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, António Manuel Iria Matias e José Camilo do Rosário Videira.

b) 6 (seis) abstenções, a saber:

• 6 (seis) votos do Grupo do PSD: António Rodrigues de Carita e Lopes Caladinho, Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares, José Filipe da Conceição Carrilho, Eduarda Maria Subtil Pires, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio João Farinha Calado e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Miguel Subtil Pires.

PERÍODO CONCEDIDO AO PÚBLICO:

Não houve pedidos de intervenção.

De seguida a Assembleia Municipal deliberou aprovar a presente ata sob minuta por unanimidade.

Por não haver mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a sessão às dezoito horas e cinquenta e nove minutos. Arquivaram-se em pasta anexa, depois de assinados e rubricados, todos os documentos em discussão e lavrou-se a presente minuta de ata que vai ser assinada pela Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Maria Sias Cardoso, e por mim, Cristina Isabel dos Santos Pereira que a elaborei e subscrevi.

Handre Maria Sial Cardost